

O governo federal, através da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, encaminhou ao PROIFES-Federação e às demais entidades federais representativas dos servidores públicos federais proposta de reajuste emergencial como resposta às pautas apresentadas pelas Entidades. O documento é consequência dos debates realizados após a primeira reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, que ocorreu no dia 16 de fevereiro, na sede da Secretaria, em Brasília.

O governo apresenta proposta de reajuste salarial de 7,8% a partir de março de 2023; propõe também reajuste no auxílio alimentação de 43,6%, passando de R\$ 458,00 para R\$ 658,00. Além dos reajustes, o governo propõe ainda revisão da Portaria 10.723 (redistribuição); afirma que as INs 02/2018 e 54/2021 “serão objeto de diálogo”; que “fará gestão junto ao Congresso Nacional para retirada da PEC-32/202; afirma que a retomada das mesas setoriais está vinculada à revisão do Subsistema de Relações do Trabalho no Serviço Público; por fim, se compromete em regulamentar a Mesa Nacional de Negociação até maio para tratar dos “pleitos e propostas para 2024”.

Na avaliação da Diretoria do PROIFES, não deixa de ser positivo que, após 8 anos sem negociação (o último acordo é de 2015), se tenha uma proposta de negociação do governo. No entanto, neste período não só o Estado foi dilapidado. O principal motor de funcionamento público, os servidores, foram eleitos como inimigos, parasitas e receberam do governo uma granada no bolso. Assim, a proposta apresentada pelo atual governo avança, mas, mesmo sendo emergencial, está muito longe de recuperar minimamente as perdas salariais dos servidores do executivo, em especial o rebaixamento salarial das/os professoras/res federais.

Sendo uma primeira proposta, entendemos que o governo deva ter reservado alternativas para uma contraproposta da nossa categoria.

Dessa forma, a Diretoria Executiva orienta:

Os Sindicatos Federados devem realizar consulta aos seus filiados e demais servidores de sua base de atuação. Considerando que a próxima reunião com o governo está marcada para o dia 28 de fevereiro, os resultados dessas consultas devem ser enviados para a Federação até as 12 horas do dia 27 do corrente mês. Lembramos ainda que estamos apenas em fase inicial de negociação e, portanto, a posição final da Federação sobre esse processo de negociação será definida pelo Conselho Deliberativo, posições essas que serão trazidas pelos sindicatos federados, após debates com suas bases.

Quanto à proposta do governo

1 - Entendemos as limitações orçamentárias apresentadas pelo governo visto que o orçamento atual é fruto do governo anterior. No entanto, diversas políticas públicas estão sendo viabilizadas através de realocações internas ou negociações com o congresso. Reivindicamos que o orçamento apresentado de 11,2 bi receba algum acréscimo para atender a urgente necessidade de recomposição da remuneração dos servidores federais;

2. Em relação ao reajuste de 7,8% na remuneração em março: dado que o prazo de negociação é exíguo para que esse ou outro índice possa entrar na folha de pagamento do mês de março, o montante de recursos não utilizado nesse mês deverá elevar o índice de reajuste para os meses subsequentes;

3 - Reajuste do Auxílio Alimentação: é positivo que seja reajustado no índice proposto (43,36%, equivalente ao IPCA deste o último reajuste em 2016), embora não atinja a equiparação com os demais poderes que reivindicamos. Porém, é inaceitável: a) que os recursos necessários para esse reajuste sejam tirados da verba de pessoal. Histórica e legalmente os benefícios sempre tiveram seus recursos advindos da verba de custeio. O governo precisa se comprometer em usar os recursos disponíveis para pessoal apenas para a recomposição possível da remuneração, aumentando o índice proposto; e, b) é inaceitável que o Auxílio Pré-Escolar e o Auxílio Saúde não sejam reajustados. Estão congelados pelo mesmo período. Como exemplo, uma mãe de família recebe hoje um valor irrisório de Auxílio Pré-Escolar considerando as alternativas disponíveis para a educação dos nossos filhos.

4 - O governo precisa se comprometer com a abertura imediata das mesas setoriais para avançarmos nas demais pautas. O debate da autonomia universitária, do fim da lista tríplice para eleição de reitores/as e muitas outras, por exemplo, não dependem de orçamento para avançar.

5 - Imediatamente após o acordo para o reajuste emergencial em discussão, o governo deve definir um cronograma de negociação, com reuniões quinzenais, para tratar da previsão orçamentária para recuperação das perdas históricas dos servidores no orçamento de 2024.

6 - Revogações de normas e/ou de leis que atacam os servidores públicos: o governo precisa ser mais claro, objetivo e ágil para atender as demandas dos servidores. A proposta é genérica e não mostra compromisso objetivo com as reivindicações apresentadas nas pautas entregues nos ministérios e, anteriormente, no GT de transição do governo eleito.

A Diretoria Executiva do PROIFES-federação deseja e conta com a participação entusiasmada de todos os/as professores/as

Brasília, 17 de fevereiro de 2023

Atenciosamente,



Prof. **Nilton Ferreira Brandão**
Presidente do PROIFES-Federação